



CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

AUDIÊNCIA PÚBLICA – “LOA”

Ata da Audiência Pública de 13 de novembro de 2023, debate sobre a LOA, Lei Orçamentária Anual de 2023-2024. Bom dia a todos. Excelentíssimas autoridades, senhoras e senhores, bom dia. Convido para secretariar a sessão o vereador-presidente desta casa, Candinho Gabínio, como secretário had hoc. De acordo com as determinações legais conferidas pelo artigo 270 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ponta Porã, iniciamos neste momento a audiência pública para debater sobre a LOA. Convido, neste momento, para ocupar o local de destaque os vereadores Neli Abdulahad e vereador Tiago Vedana. A audiência pública é uma das formas de participação e controle da população na administração pública no Estado Social e Democrático de Direito. Ela propicia a troca de informações, a participação do exercício da cidadania a respeito do princípio do devido processo legal. Seu traço fundamental é o debate efetivo sobre as matérias relevantes confrontando sua realização sempre que estiverem em jogo os direitos coletivos. As opiniões, os problemas apresentados têm caráter consultivo e participativo. Declaro aberta esta audiência pública de debate sobre a LOA. Em tempo, presidente. Comunicamos e agradecemos a presença do excelentíssimo senhor Fabrício da Costa Cerviéri, secretário municipal de Finanças, senhor Carlos Nobrega de Freitas, secretário adjunto de Finanças, senhor Odair Nogueira Rodrigues, secretário Geraldo SIMTED, senhora e professora Eliana Aparecida Araújo Fernandes, Senhora Valquíria Capusso, Secretária Municipal de Desenvolvimento Regional de Indústria, Comércio e Turismo. Senhor Roberto Carlos Assalim, Chefe do Departamento Financeiro da Secretaria Municipal de Educação. Senhor Wilson Fernandes Dias, Setor Setor de Compras da Secretaria Municipal de Educação, Sr. Carlos Sérgio Crespo, Diretor Financeiro da Secretaria Municipal de Educação, Sr. Eder Wilson Souza dos Santos, Contador da Secretaria Municipal de Educação, Sr. Otaviano Cardoso, Diretor de Captação de Reservas do Município e Vereadores Tiago Vedana e Nelly Abdullah. Convido, nesse instante, o Sr. Fabrício Cerviéri para que faça o uso da palavra pelo





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

tempo máximo, não, pelo tempo necessário e que achar que deve. Mas convido o Sr. para compor a mesa aqui para sair na foto oficial. Bom dia a todos. Na pessoa do nosso presidente da Câmara, vereador Cândido Gabínio, cumprimento a todos os vereadores presentes, autoridades presentes. Agradeço aos senhores vereadores que aqui se encontram pela presença em função dessa ser, na minha visão, a mais importante das audiências públicas do ano, quando a gente discute e apresenta os números para o ano seguinte. Tudo que vai ser feito, tudo que vai ser pensado, tem que estar, de alguma maneira, previsto dentro dos números que a gente trabalha nesse momento. Essa lei orçamentária, para mim, ela é de uma relevância muito grande, a desse ano, principalmente, que hoje eu encerro um ciclo. Talvez seja a última lei orçamentária que vai ser sob minha responsabilidade de execução. Estamos fechando oito anos de um compromisso. Espero fechar com chave de ouro esse último ano, que a gente possa cumprir todas as metas, tudo aquilo que a gente planejou lá em outubro de 2016. Sexta-feira, quando a gente estava olhando essa audiência, eu sentei com o Carlos, E estava lembrando logo após a eleição, Carlos, lá em 2016, no mês de outubro, 16, passada a eleição, novembro, eu e o Carlos sentamos ali onde funcionava a antiga vigilância sanitária ainda, para a gente estudar o PPA e para a gente começar a olhar o plano de governo e ver tudo que ia ser feito, como que a gente ia estabelecer. Tivemos um plano na época, junto com o prefeito Hélio Pellufo, de um plano de oito anos, e ele se encerra aqui com essa lei orçamentária. A gente não sabe o futuro, mas o nosso compromisso hoje, com muita certeza, a gente vai cumprir, né, Carlão? A proposta orçamentária municipal para 2024, ela segue as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, Constituição, todo o nosso arcabouço legal. Bom, na definição das leis, da lei orçamentária, principalmente, o que a gente tem que levar em conta? O cumprimento da legislação aplicável, Lei de Responsabilidade Fiscal, Constituição, o equilíbrio do orçamento e a continuidade dos projetos definidos pelo PPA. PPA que se encerra em 2025. Então, vamos deixar um legado de um ano para o próximo mandato. Pode passar, Carlos. Bom, só resumindo, PPA 2022 e 2025, tivemos a LDO e a LOA em todos os anos





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

consequentes do mandato, e com essa LOA a gente encerra a última sequência desse mandato. Vamos deixar um orçamento para 2025 preparado, mas a nossa responsabilidade de execução é ter esse de 2024. Ele é a lei número 29 do ano de 2023, Projeto de Lei 29, que foi apresentado para discussão na Câmara no dia 30 de agosto, conforme disposição legal. Deixo aqui uma sugestão aos vereadores. Vamos tentar, para o próximo ano, uma mudança nisso. A gente tentar seguir os outros municípios. A maioria dos municípios do estado apresenta à LOA, à Câmara, até 30 de setembro, é uma data muito melhor para quem projeta orçamento, porque a gente já tem as previsões do governo federal em setembro. E você pode trazer números muito mais precisos. Você já tem uma realidade do município do fechamento do ano, com as previsões também. Então você consegue trazer números muito mais exatos do que a gente traz hoje para a execução. Fica aí uma sugestão para os próximos anos. A evolução do nosso orçamento de 2020 a 2024. Viemos lá em 2020, 2021, 2022, 2023, 2024, O ano que vem a gente projeta R\$ 749 milhões de arrecadação. Lembrando, quando a gente assumiu o último orçamento executado em 2016, ele foi de R\$ 200 milhões. Então a gente teve um aumento de mais de R\$ 500 milhões de reais no orçamento do município. A gente tinha a esperança de conseguir fechar o 2024, trazendo para vocês a casa de um bilhão, o Ponta Porã passar para o orçamento de um bilhão, entrar entre as quatro maiores do Estado, mas a pandemia nos criou alguns percalços orçamentários que, infelizmente, dificultaram essa evolução. Mas chegamos aos R\$ 750 milhões de reais, que é um número para o Brasil extremamente considerável. Não somos mais um município pequeno, não somos uma cidade que vive de recursos federais. Como grande parte dos municípios brasileiros, quase 40% dos municípios brasileiros dependem exclusivamente, para sobreviver, de dinheiro federal e estadual. Ponta Porã faz parte do clube que não precisa somente disso. Lógico, é grande parte do nosso recurso, mas o recurso próprio hoje é significativo e a tendência dele, nos próximos anos, é aumentar. Que cabe salientar que a gente ainda não começou a colher os frutos da evolução de todos esses investimentos que foram feitos no município. O encerramento do FONPLATA, ano que vem, A gente espera que a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

arrecadação, principalmente nas áreas onde teve benefícios, ela suba na mesma proporção do investimento feito. Evolução do orçamento da saúde. A saúde é um dos poucos fundos que todo ano bate a nossa previsão, principalmente devido, no final de ano, às emendas parlamentares, que a gente não consegue prever na época do orçamento. E essa é mais uma questão que eu ressalto para a gente levar para setembro esse orçamento, que você já tem uma previsão maior das emendas para os anos seguintes. Facilita até o próprio planejamento da secretaria. Às vezes algum investimento que é cortado, ele pode ser mantido se a gente tiver um mês a mais aí. Bom, a saúde a gente está prevendo aí um aumento de R\$ 84 milhões para R\$ 118 milhões no orçamento do próximo ano. A previsão de investimentos. Esse ano aqui nós vamos fechar com 195 milhões aplicados e ano que vem vamos aplicar em investimentos 224 milhões de reais. Sendo grande parte deles o encerramento do FONPLATA, grande parte dos recursos está previsto para ser gasto até o mês de julho, para a gente encerrar as obras do FONPLATA ainda ano que vem. Eu não sei se, em termos de tempo, a gente vai conseguir esse fechamento, mas está na programação das obras o encerramento ano que vem. Evolução da despesa de pessoal. Começamos lá em 2020 com 180 milhões e vamos fechar com 307 o ano de 2024. Crescimento do gasto com o pessoal. Mas, ainda assim, vamos manter a nossa projeção de respeito à lei de responsabilidade fiscal, que a gente já chega lá. Eu acho que eu pulei educação, não pulei? Estou com a impressão de pular do orçamento da educação. Não? É? Tá certo? Tá. Bom, volta um pouquinho para mim, por favor. Não, na tela da receita. Na tela da receita lá. Aí, pronto. Bom. Vamos tratar dos dois elementos básicos de um orçamento. Receita e despesa. Vamos falar da receita de Ponta Porã, da projeção da receita de para o próximo ano. Nós temos alguns crescimentos bastante importantes na receita do ano que vem, principalmente na questão de impostos. A arrecadação está prevista, um aumento considerável, em função do aumento da atividade econômica, principalmente, que a gente experimentou esse ano. Apesar da crise, a gente teve algumas iniciativas no município que trouxeram uma vantagem comparativa muito boa. Qual era a nossa composição da receita. Basicamente, grande parte delas, R\$ 588 milhões das





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

receitas correntes, Nós temos aí R\$ 172 milhões de receita de capital, R\$ 32 milhões de INTRA-ORÇAMENTÁRIA, e aí as deduções, basicamente as deduções do FUNDEB. A composição do nosso orçamento. Então vamos lá. Receita tributária de R\$ 93 milhões para R\$ 119 milhões, praticamente R\$ 120 milhões. Basicamente, os impostos, um crescimento de R\$ 81 para R\$ 104 milhões, onde a gente tem um crescimento muito grande do ISS, em função do volume de obras que estão sendo executadas no município, não só as obras aqui da cidade, propriamente dita, as obras feitas pelo governo municipal. Mas nós temos um crescimento de ISS muito grande em função da previsão de obras do Estado dentro dos limites do município de Ponta Porã. Por exemplo, uma estrada que sai na cabeceira do APA, o ISS dela, é uma arrecadação para o município e isso dá um efeito bastante considerável para o próximo ano, em função do que a gente viu no orçamento do Estado. A previsão de obras é muito grande para a nossa região. A gente sabe que a partir de agora, de novembro, vai começar a soltar as licitações dessas obras, pelo que a gente ficou sabendo. Então, a gente tem uma previsão muito boa de impostos. O IPTU, como todos os anos, ele deve ser apenas a inflação, quatro pontos, alguma coisa, a gente projetou para o ano que vem, deve sair o decreto essa semana já. Não pretendemos mexer em planta de valores, apesar de pressões do Ministério Público para a partir de 2025, o próprio MP, segundo a gente teve uma reunião no Tribunal de Contas, o próprio MP vai participar da avaliação dos imóveis para a composição do IPTU. A tendência é que, aos poucos, os municípios se aproximem do modelo de campo grande, onde o valor dos imóveis vai chegar próximo ao valor venal. Processo gradual, mas pelo que a gente sabe, a partir do momento que o real é o valor venal. É o valor de mercado. Vai ser complicado você fazer isso todo ano, mas é uma expectativa que tem a partir de 2025. Contribuição de melhorias, de 37 para 90. Outras contribuições. Iluminação Pública, de R\$ 11,5 milhões para R\$ 18 milhões. Esse crescimento não se dá em aumento de impostos. Esse crescimento de iluminação pública se dá em função do aumento da base. O crescimento da iluminação pública, em Ponta Porã, era uma arrecadação um pouco maior. Contribuições sociais e outras, de R\$ 14.700 milhões, vai para R\$ 12 milhões.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Patrimonial, de R\$ 11 milhões para R\$ 13 milhões. Serviços, R\$ 2.600 milhões para R\$ 3 milhões. Transferências correntes. Agora vamos falar de dinheiro da União do Estado. De R\$ 374 milhões para R\$ 418 milhões. Transferência da União, de R\$ 145 para R\$ 176, que é um crescimento muito pequeno. Nós temos, nos últimos meses, tido uma queda de arrecadação muito forte, principalmente no FUNDEB. O FUNDEB, em relação ao ano passado, se você pegar, tem alguns períodos do ano que ele caiu quase 1%. Tivemos somados alguns períodos, chegando a 50% de queda nas prévias. Nós estamos arrecadando basicamente o mesmo do ano anterior. Tanto que o governo federal está querendo manter e dar uma composição, uma reposição para os municípios, uma antecipação para ver se consegue consertar essa situação. 51% dos municípios hoje do Brasil estão no vermelho. É um número bastante considerável. A maioria deles está com déficit primário, ou seja, arrecadação menor que a despesa. Nós, graças a Deus, não estamos nesse grupo. Saiu um ranking agora, onde Ponta Porã, dos municípios do Estado, não está em uma situação excelente, mas está em uma situação muito boa. Eu gostaria que não estivesse em uma situação muito boa, porque você pedir dinheiro quando está em uma situação muito boa não justifica. Se a gente tivesse classificado como ruim, era mais fácil de conseguir, mas enfim. Transferências do Estado, R\$ 135 milhões para R\$ 148 milhões, também um crescimento pequeno. Como eu falo todos os anos, Ponta Porã perdeu o ICMS de novo, nós estamos crescendo, crescendo, crescendo. Somos uma das maiores do agronegócio do país, não do Estado, mas o nosso ICMS continua caindo todo ano. A gente protocolou um recurso, uma defesa essa semana, pedindo revisão do nosso ICMS, comprovando por números, mas a expectativa de sucesso não é muito grande, a gente pede todo ano e não tem sido atendido. Mas, enfim, também um crescimento pequeno dessas arrecadações. Então, na verdade, você tem que tentar criar maneiras novas de arrecadar, porque simplesmente com as transferências você só sobrevive. Transferência do FUNDEB, aqui estão mantidos os mesmos valores, mas a projeção de 2024 é de R\$ 95,9 milhões. É que esse número a gente elaborou antes, o orçamento foi elaborado antes das projeções federais. Outras receitas correntes. Multas administrativas





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

e judiciais de R\$ 1,8 milhão para R\$ 1,875 milhão, Indenizações e Restituições de R\$ 451 mil para R\$ 517 mil, Demais receitas, R\$ 1,2 milhão para R\$ 611 mil reais. Esse aí é uma queda considerável, de 50% nas demais receitas, mas é uma rubrica onde a gente tem basicamente as compensações de INSS. A receita costuma fazer alguns erros e a gente administrativamente conseguiu corrigir isso. Então está fazendo compensações que já estão para os próximos anos, o padrão já está estabelecido, então não vai precisar dessa medida, mas isso implica numa queda de arrecadação, mas também uma diminuição de despesa. Então a receita corrente fecha com R\$ 588 milhões de reais. Receitas de capital de R\$ 142 milhões para R\$ 172 milhões. Operações de crédito. Ano de 2023, R\$ 78 milhões. Ano de 2024, R\$ 70 milhões. Esse número provavelmente vai inverter um pouquinho, porque tem algumas coisas que a gente não conseguiu executar em 2023, que vão ficar para 2024. Então deve compor um pouquinho mais o orçamento 2024 lá. O financiamento do PMAT, que é o último ano dele. A gente ainda nem licitou esses R\$ 2,3 milhões, deve estar licitando agora. Basicamente esse dinheiro vai ser gasto em ações que prevaleçam principalmente na arrecadação. Nós vamos ter aí o novo gel do município, feito de uma maneira, não por foto de satélite, mas feito de uma maneira mais concreta para poder deixar o patrimônio, para deixar o município, todo o cadastro imobiliário do município, deixar ele no fim do ano que vem totalmente correto, apesar do crescimento do número de obras. FINISA, de 17 milhões, ano que vem tem 20 também, é o último ano de recursos do FINISA. A gente encerra o ciclo de financiamentos ano que vem. O FONPLATA, temos mais R\$ 48 milhões de reais também no ano que vem. Programa de equipamento, R\$ 5 milhões, esse já foi executado. Aí, basicamente, a gente comprou os caminhões de lixo novos, semana passada a gente comprou um rolo compressor novo, em cima desses R\$ 5 milhões aí. Alienação de bens, R\$ 5,5 milhões para R\$ 4,150 milhões previsto ano que vem, que são basicamente os leilões que o município tem feito para recompor receita, principalmente para você poder fazer investimentos. O caminho do município, pelo menos o planejado lá atrás, é que o estoque de terrenos do município cresça a partir do momento que você amplia o perímetro urbano do município. A gente





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

vem com o perímetro urbano travado há muitos anos para poder, dentro de um projeto de adensamento do núcleo urbano do município, mas agora, a partir de 2005, é a hora de começar a abrir. Então a gente vai ter um crescimento do número do estoque de áreas do município, que hoje é muito pequeno e era o planejado lá atrás. O município tem que ficar apenas com terrenos estratégicos. Aqueles onde é possível montar uma escola, um posto de saúde. Aquelas áreas perdidas, aquelas áreas que não são de interesse, áreas centrais. Isso tudo tem que passar para a iniciativa privada para explorar de maneira comercial, de maneira que traga receita. Transferências de capital, R\$ 58 milhões para R\$ 97 milhões, basicamente as transferências do Estado e da União, os investimentos. A INTRA-ORÇAMENTÁRIA, que é a receita do PREVIPORÃ. E as deduções, que basicamente são o FUNDEB. Dando um subtotal de R\$ 262 milhões, fechando a nossa receita em R\$ 794 milhões de reais. Despesas públicas. Vamos direto lá no quadro. Despesas correntes. Pessoal e encargos de R\$ 258 milhões em 2023 para R\$ 307 milhões em 2024. A nossa principal despesa. Juros e encargos da dívida de R\$ 9.450 milhões para R\$ 6.000 milhões. Cabe salientar aí, como eu falei nas receitas, a gente entra no último ano de execução de grande parte dos nossos financiamentos e alguns deles, aqueles que a gente contratou lá atrás, muitos nós já estamos pagando parte do principal, não é só mais juros. Então a tendência é que a cada ano que passa esse número se reduza. À medida que esse número reduzindo, aumentando a arrecadação, a gente gera um caixa para o município a médio prazo muito bom. Então, a projeção nossa é que, a partir de 2027, o Caixa do Município entre numa projeção muito grande de arrecadação, com nível de investimento pequeno. Não por não querer, mas pela necessidade no momento. Então, todo investimento novo que tiver a partir daí vai ter que ser algo bem criativo, algo muito novo, porque o volume feito até o momento vai compensar esses dois anos aí. Pode ser que no próximo mandato, os dois últimos anos sejam de grandes arrecadações, com sobra de dinheiro, que é uma perspectiva muito boa. Outras despesas. Outras despesas correntes, de R\$ 162 milhões para R\$ 183 milhões, que é a manutenção da máquina pública. É um crescimento pequeno, a gente enxugou o orçamento, até por ser o último





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

ano de mandato, que você tem que prestar contas, então você não consegue executar ele o ano inteiro, ali perto do período eleitoral você já tem que começar o fechamento de mandato, então nós seguramos algumas despesas. Inclusive, o município hoje se encontra sobre o julgo de um decreto de contenção de despesas. A gente começou o planejamento de encerramento. Um fechamento de mandato, principalmente um ciclo de oito anos, você não faz da noite para o dia. O start, na verdade, desse ciclo, agora, dia 20, começa o encerramento do mandato. A gente começa o planejamento de fechamento para, em 2024, entregar as contas todas de acordo com as legislações que exigem. Despesas de capital, investimento de R\$ 195 milhões para R\$ 224 milhões. Amortização de dívida de R\$ 9,8 milhões para R\$ 18 milhões. Então, à medida que está caindo o pagamento de juros, como foi mostrado na tela anterior, está aumentando o pagamento principal das dívidas, a amortização, Reserva de contingência de R\$ 7,400 milhões para R\$ 9 milhões. Na verdade, esse ano foi o primeiro ano que a gente usou recurso da reserva de contingência naquelas chuvaradas do começo do ano. A gente precisou tomar algumas atitudes emergenciais contra a recomposição de asfalto, recuperação de pontes, construção de algumas residências que foram destruídas. Foi o primeiro ano desses oito que a gente utilizou essa reserva de contingência. Então, fechando o orçamento de despesa de R\$ 749 milhões. A distribuição desse orçamento ao longo das secretarias. Como que foi feito isso? Esses números que a gente demonstra hoje, eles começaram a ser trabalhados no mês de janeiro desse ano. Quando a finança chama as secretarias para dentro das finanças para... Vamos planejar o próximo ano. O que vocês pretendem fazer nos próximos anos? O que vocês querem manter? O que não deu certo esse ano que a gente vai encerrar para fechar o número de cada secretaria? Então vamos lá. A Câmara Municipal, de um orçamento de R\$14 milhões para R\$ 17 milhões. Secretaria de Governo e Comunicação de R\$10 milhões para R\$ 11 milhões. Fundo de Cultura e Esporte de Ponta Porã, de R\$ 114 mil reais para R\$ 114mil reais. Se vocês olharem todos os fundos, com exceção do FUNDEB e do Fundo da Saúde, o recurso deles é muito pequeno. Isso eu explico para vocês, foi feito propositadamente. Vocês podem olhar aqui

9





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

o Fundo de Desenvolvimento Rural, R\$ 16 mil reais, o Fundo de Turismo, R\$ 7,5 mil reais. Isso é uma determinação que eu apliquei desde 2017, que a partir do momento que você começa a usar muitos fundos, te trava recursos. E todo fundo exige uma contabilidade, exige um balanço, exige um cumprimento legal igual a prefeitura. Então você está criando outras estruturas contábeis muito grandes para serem administradas. Então eu preferi por manter os fundos ativos, porém, o recurso é administrado dentro do âmbito das secretarias. Isso é uma opção pessoal minha, de gestão de recurso. Pode ser que outra pessoa prefira trabalhar mais dentro dos fundos. O que vai acabar sendo uma obrigação. As pressões legais estão para que os fundos sejam autossuficientes e autogerenciáveis, tirando um pouco a margem de manobra do município sobre os recursos. O que legalmente é bonito, mas administrativamente é um tiro no pé muito grande. Deixa o executivo muito engessado, fazendo com que aconteça coisas como acontece muito na assistência social. Recurso parado para você não poder executar esse dinheiro. O município de Ponta Porã foi um dos que entrou dentro de uma ação junto ao governo federal ano passado, pedindo o desengessamento de alguns recursos, principalmente os da assistência social. Vem recurso para um programa, mas com esse recurso você não pode pagar aluguel, você não pode pagar folha, você não pode pagar água, você não pode pagar luz, você só pode comprar o equipamento ou construir a unidade. Ou seja, você monta o programa, mas toda a despesa acaba ficando para o município. Então se vocês lembrarem as prestações de conta quadrimestrais que a gente faz, 95% do dinheiro investido na assistência social sai do caixa do município. E aí você tem alguns programas lá com muito recurso que você não pode usar. Então nós pedimos esse desengessamento, mas isso ainda está para votação na Câmara, isso vai longe ainda. Bom, continuando ali. Fundo de Investimento Esportivo, de R\$ 119 mil reais para R\$ 19 mil reais. Fundo de Apoio à Comunidade, manteve o orçamento R\$ 511 mil reais. O PREVIPORÃ, de R\$ 48 milhões para R\$ 55 milhões. Secretaria Municipal de Administração, R\$ 16 milhões para R\$ 23 milhões. Procuradoria Geral do Município, de R\$ 4 milhões para R\$ 7 milhões. A Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Turismo, de R\$ 12 milhões para R\$ 14 milhões. Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural, R\$ 16 mil. Fundo de Turismo, R\$ 7,5 mil. Secretaria Municipal de Obras e Urbanismos. Praticamente o maior orçamento do município, de R\$ 189 milhões para R\$ 208 milhões no ano que vem. Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social, R\$ 70 mil. Assistência Social, R\$ 15 milhões para R\$ 17 milhões. Fundo do Direito da Criança e do Adolescente R\$ 450 mil reais para R\$ 750 mil reais. Fundo para Investimento Social, R\$ 920 mil reais, para R\$ 1.210 milhão. Fundo Municipal de Direitos do Idoso, R\$ 138 mil reais, para R\$ 150 mil reais. Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer, de R\$ 79 milhões para 97 milhões. Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico, FUNDEB, de R\$ 94,5 milhões este ano, para R\$ 95,9 milhões ano que vem. Só salientando que esses R\$ 94 milhões não vão ser atingidos. A projeção vai estourar. Todo o salário do FUNDEB do mês de dezembro e o 13º do FUNDEB de dezembro vai sair do cofre do município. O município vai ter que injetar no FUNDEB R\$ 14 milhões de reais em dezembro, para poder fechar a folha da educação. O FUNDEB, grande parte da arrecadação do FUNDEB vem do FPM. E como o FPM tem caído muito, a gente não vai fechar esses R\$ 94 milhões. E como a gente teve aumento de salário ao longo do ano, o município vai ter que arcar com esse recurso. Toda folha do FUNDEB de dezembro vai ser custeada pelo município. E essa é uma manobra contábil que vai dar um trabalho muito grande, que você tem que tirar todas as pessoas que estão lotadas no FUNDEB, trazer elas para dentro da folha do município. O RH fica doido com isso, mas, infelizmente, é a única forma da gente manter o pagamento em dia. Secretaria Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Saúde, R\$ 84 milhões para R\$ 118 milhões. Segurança Pública, de R\$ 7 milhões para R\$ 8 milhões. Fundo Municipal de Segurança Pública ficou em R\$ 13 mil reais. Agência Municipal de Trânsito R\$ 1 milhão 800 mil reais. A partir de 2025, esse número deve ficar bem diferenciado. A expectativa é que, a partir do ano que vem, a Agência de Segurança Pública venha funcionar mais efetivamente. A Agência de Segurança Pública é um piloto para um projeto maior que, infelizmente, a gente não teve tempo de organizar. E fica a sugestão para os próximos





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

governos a criação da Agência Pontaporanense de Serviços Públicos. Uma agência que regulamente água, luz, que controle todos os serviços, exatamente. E que são agências que podem arrecadar muito. Agências que se ficarem na mão de pessoas competentes, profissionais do setor. A nossa ideia era trazer alguém que já trabalha em alguma agência grande para implantar isso aqui. A gente tinha até a pessoa, mas como o projeto a gente não conseguiu evoluir com ele, acabou ficando no protótipo que é a agência de trânsito. A partir do momento que a agência de trânsito passar a funcionar efetivamente, por exemplo, as multas de trânsito que o município recebe 50% e o outro 50% fica com o DETRAN, passa a ser 100% do município. A partir do momento que o município passa a gerir essa condição legal. E outras coisas que entram aí, recursos que podem vir para essa agência, que podem fomentar ela. Para vocês terem ideia, a agência de trânsito pode até no futuro ser responsável pelo recape das ruas dentro do município. Esse é um projeto extremamente viável. Ela vai ter condição de acessar recursos que o município não tem hoje. A ideia é que ela comece a funcionar efetivamente a partir do ano que vem. Então a gente deu uma turbinada um pouquinho no orçamento dela, tirou da Secretaria de Segurança Pública. Vão ser coisas distintas. Segurança Pública é uma coisa, trânsito é outra. O Fundo Municipal de Trânsito foi criado para ser o órgão financeiro da agência de trânsito. Então ela vai funcionar como uma autarquia, basicamente como funciona o PREVIPORÃ. Ela vai ter uma gestão própria, por isso a importância dela. Para o município, para o executivo, é ruim? De uma certa maneira, você tem um aumento de arrecadação ali, mas o poder executivo perde o poder de gestão desse recurso. Ele passa a ser gerido pelo fundo. O fundo tem conselho, tem órgãos próprios, e isso acaba, às vezes, travando um pouquinho. Mas a partir do momento que isso se torna uma cultura, que isso se torna um hábito, a agência tem o papel de ser um órgão extremamente apoiador do Poder Municipal, assumindo para si alguns investimentos que desoneram o Executivo. Fechando um subtotal de R\$ 342 milhões. Secretaria Municipal de Finanças, de R\$ 56 milhões para R\$ 62 milhões. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, de R\$ 3,5 milhões para R\$ 4.360 milhões. O Fundo de Meio Ambiente, também ali, R\$ 550 mil reais.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Controladoria geral do município de R\$ 1 milhão 580 mil para R\$ 997 mil reais. Essa queda de recurso, ela se explica pelo aumento de algumas capacidades dentro da controladoria. Hoje a gente tem uma estrutura na controladoria do município capaz de dispensar algumas assessorias que a gente tinha anteriormente. Hoje a nossa estrutura é capaz de fazer serviços que antes eram feitos por terceiros. Isso é um fato de muito orgulho. À medida que a controladoria e a procuradoria crescem, você tem uma redução de terceirização dentro do município. Fundo Municipal, Secretaria Municipal de Habitação, de R\$ 1 milhão para R\$ 1 milhão 435 mil reais, fechando aí o nosso orçamento nas despesas em R\$ 749 milhões de reais. Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então vamos lá. Aplicação e Educação. O mínimo legal 30%. Esse orçamento, pelos números que a gente elaborou, ele deve, se conseguir executar ele plenamente, ele deve fechar com uma aplicação de 31,45% projetado para o ano que vem. Estão cumprindo o limite legal com uma margem de manobra de 1,45% dentro do orçamento. Se você pensar em números, 1,45% em termos percentuais é pequeno, se você pensar em 1,45% de R\$ 750 milhões, é um valor bastante considerável que dá para você trabalhar com tranquilidade. Aplicação e saúde, mínimo 15%, previsto 16,95%. O orçamento da saúde ficou um pouquinho maior do que a gente pretendia, então deu uma aplicação com uma margem bem maior que os 15%. Aplicação em pessoal. Então aqui estão os limites da lei. O limite de alerta, 48,6 %. O limite prudencial, 51,3 %. E o máximo que o município pode atingir sem penalidade, que é 54%. Por esses números, a nossa projeção para o ano que vem é de 48,55%. Só para efeito de comparação, o nosso número hoje é de 50,9%. A gente está entre o prudencial e entre o limite de alerta. Mas isso foi grande parte, isso deve se diluir ano que vem. A gente chamou muita gente do concurso, principalmente na saúde. Teve muita rescisão para saída dos contratados e entrada dos concursados. Então tivemos aumentos. Tem aí a questão dos pisos salariais, que devem entrar esse ano ainda. Então tem uma série de coisas que turbinaram esse número. Mas a ideia é a gente fechar o ano muito próximo dos 49%, que é bastante saudável. Se você pegar a realidade do país, esses números são muito maiores. Se você for para o Nordeste





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

então, eu não sei como é que os prefeitos lá se reportam aos tribunais de conta, Você não acha um número dentro da responsabilidade fiscal. Acho que é outro mundo, mas infelizmente a gente não tem esse privilégio. Você pega municípios na Bahia, no Ceará, com 80% dos recursos em folha. Não sei como fecha as contas. Porcentagem de aplicação, saúde em 2023, 16,15 % para 16,95% em 2024. Em 2023 a gente deve fechar acima desses 16%, com uma margem bem maior. Educação de 30,52% em 2023, para 31,45% em 2024. E a Lei de Responsabilidade do Poder Executivo quanto a pessoal de 45,24%, que era projetado para 23, esse número não deve fechar, vai fechar perto dos 49%, para 48,55 em 2024. Desde que toda execução de despesa e toda receita aconteçam conforme o que foi programado. Era o que eu tinha para apresentar, senhores. Agradeço a atenção e estamos abertos para questionamentos. Muito obrigado. Comunicamos a presença da vereadora Kamila Alvarenga, nossa primeira vice-presidente, do vereador Vanderlei Avelino e do vereador Rafael Modesto. E do vereador Kleber Ortiz. Vereadora Lourdes, ela é a querida, por isso que eu deixei por último. As perguntas foram encaminhadas à Bel. Passo a palavra ao nosso presidente. Senhores vereadores Candinho, pode retornar, senhor secretário, retornar à mesa diretora aqui. Algum vereador deseja fazer uso da palavra? Vereador Kleber, vereador Tiago, vereadora Neli, vereadora Lourdes, Vereador Vanderlei Avelino. Vereador Kamila. Vereador Rafael Modesto. Ex-vereador, colega do trabalho nosso, Otaviano Cardoso. Fique à vontade, para usar a palavra. Em tempo registramos a ausência da vereadora Anny Espínola. Venho através dessa informar que a vereadora Anny Espínola não estará presente na Audiência Pública referente à LOA2023-2024 por motivo de saúde. Comunicamos e agradecemos a presença da professora Mirtha Luiza Landolfi, Secretária Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Lazer. Muito obrigado, secretária. Sr.Presidente da Comissão de Finanças, Vereador Agnaldo Miudinho, Presidente da Casa, Vereador Candinho, demais vereadores, Secretário Fabrício Cerviéri, em seu nome cumprimento a todas as autoridades presentes, dando a nossa contribuição, Presidente Agnaldo Miudinho, a nossa audiência, eu julgo das mais importantes a audiência de prestação de contas, que está





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

prevista na lei orgânica do município, e eu tenho a satisfação de ter sido o autor da lei que incluiu o PREVIPORÃ para fazer prestação de contas a cada quadrimestre. Isso é importante, Rafael, porque quando o ex-prefeito Kayatt assumiu o município de Ponta Porã, em 2006, O PREVIPORÃ tinha 12 anos de existência e tinha R\$ 45 mil reais em caixa. Era para ter mais de R\$ 100 milhões e tinha R\$ 45 mil em caixa. Então é o dinheiro que paga a aposentadoria dos funcionários e hoje o PREVIPORÃ tem 165 milhões de reais em caixa. Cada quadrimestre o PREVIPORÃ, junto com a Câmara, junto com a Prefeitura, faz essa prestação de contas. É claro que a Prefeitura e a Câmara é uma imposição da Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o PREVIPORÃ foi uma lei de nossa autoria nesta casa, aprovada por todos os vereadores, que colocou essa situação. Secretário Fabrício, quero parabenizar o seu trabalho, porque nós, Kamila Alvarenga, Eu, Fabrício Cerviéri, campistas, espero que outros vereadores também um dia possam ter essa oportunidade, que a gente fala que no acampamento a capela é o coração do acampamento. E na administração municipal, a finanças é o coração da prefeitura, é o coração da gestão. Porque nós tivemos um período, quem é funcionário mais antigo da prefeitura e a prefeitura teve que tirar do fundo de contingência R\$ 30 milhões para pagar o salário que foi devido aos funcionários, no ano de 2001, ficamos um ano sem receber o salário. E agora esse salário está sendo pago. Depois de 22 anos, os funcionários estão recebendo um salário que deveria ter sido pago em dia. Mas eu gostaria de discutir alguns números com o secretário, Fabrício. No ano da pandemia, secretário, em 2021, O senhor tinha uma previsão de orçamento de R\$ 432 milhões. O senhor arrecadou R\$ 437 milhões. O senhor teve um superávit de R\$ 5 milhões a mais na receita. No ano seguinte, em 2022, o senhor tinha uma previsão de arrecadação de R\$ 530 milhões. O senhor arrecadou R\$ 512 milhões. Em 2023, o senhor tem uma previsão de R\$ 644 milhões, e o senhor traz nesta audiência pública que nós temos uma previsão de R\$ 644 milhões, e até agosto o senhor arrecadou R\$ 351 milhões. Que, nas minhas contas, o senhor vai fechar o ano com uma arrecadação em torno de R\$ 530 milhões, nós não vamos chegar próximo dos R\$ 644 milhões. E o senhor tem uma previsão para o ano de 2024 de R\$ 749 milhões,





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

um aumento na previsão de R\$ 105 milhões de arrecadação. Eu pergunto para o senhor, de onde viriam esses 105 milhões, em torno de 15% a mais na arrecadação. Uma vez que o senhor na prestação, aqui na audiência pública, o senhor coloca que o repasse do FUNDEB para o ano que vem, vai ser praticamente o mesmo, R\$ 93 milhões, 2023/2024. O senhor disse há pouco que a folha de dezembro e o 13º, o repasse constitucional do governo para o FUNDEB, já não cobre mais as despesas com a manutenção do ensino fundamental do município. Então, nós temos aí essa situação. O senhor apresentou que a transferência constitucional do governo do Estado, ela se mantém, é um aumento não expressivo, muito pouco, de R\$135 milhões para R\$ 148 milhões, Transferências Correntes de R\$ 374 milhões para R\$ 418 milhões. Eu pergunto ao senhor, o senhor disse também que a saúde está acima também do limite. A gente sabe que é tripartite. O senhor disse na última prestação de contas que a prefeitura hoje paga 100% da folha da saúde. Eu pergunto para o senhor, com relação a reforma tributária que acaba de ser aprovada pela Câmara Federal, que vai unificar os impostos. O que ela vai impactar no município a partir de 2025, a partir de 2026. Se vai ser de forma positiva ou de forma negativa? Isso é uma pergunta. A outra pergunta. O Governo do Estado lançou, até está presente a secretária professora Mirta, a secretária foi minha professora, e da minha esposa, que está aqui, a Teodora, a professora Eliane, que tem um carinho muito grande. O governo do Estado acaba de lançar, presidente Agnaldo Miudinho, a abertura de matrículas para o ensino fundamental. Ele vai ter o ensino integral. E ele está levando para si o quarto e o quinto ano. E eu gostaria de saber quantas turmas que nós temos, é claro que o secretário não vai ter isso em mãos, porque é uma área da educação, mas o que isso pode significar em economia, presidente Aguinaldo, se o governo dá essa abertura, se há o interesse do município em transferir para o Estado os alunos que estão hoje matriculados na rede municipal de ensino no quarto e quinto ano, uma vez que os recursos da educação hoje são insuficientes para manter o ensino básico. Essas são as perguntas que eu faço ao secretário em relação à educação e o que vai impactar essa mudança do governo federal que foi aprovado agora pelo Congresso Nacional da Reforma Tributária. É isso.





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

secretário. Com a palavra, o secretário Cerviéri, pelo tempo que achar necessário. Vamos lá. Esse teu questionamento abre a oportunidade de a gente falar de assuntos que vão além do orçamento. Então vamos puxar lá na tua fala inicial, que você falou que essa audiência é uma das mais importantes, no meu ponto de vista hoje, Minha visão, para mim, é a mais importante. Até como eu falei no início, a gente encerra um ciclo. O orçamento previsto para 2024 vai ser o último dos nossos oito anos de projeto. Nós vamos preparar o orçamento 2025, mas o futuro é incerto, a gente não sabe quem vai executar, mas vai ser preparado com carinho para sejamos nós ou seja outra pessoa qualquer. Você falou da arrecadação de 2021 com a pandemia, que o município arrecadou mais do que o orçado. Explicação para isso. O governo Bolsonaro foi, durante a pandemia, apesar de todas as críticas que ele recebeu, ele foi muito bom com os municípios. A gente teve a manutenção do FPM, do ano anterior. A gente teve um aporte de recursos, um auxílio financeiro chamado ADO, que foi um auxílio orçamentário muito forte para o município. Ponta Porã recebeu quase R\$ 17 milhões naquele ano. Isso fez com que o orçamento conseguisse suplantar o projetado. Sem o auxílio do governo federal, em 2021, a gente provavelmente não teria atingido a arrecadação prevista no orçamento. A pandemia, tirando todo o efeito trágico dela, em termos de finanças públicas, ela até foi bastante favorável. Vou citar o exemplo da educação. A professora Eliana e a professora Mirtha não vão me deixar mentir aqui. Nós tivemos a oportunidade, durante a pandemia, de fazer investimentos na educação que, em períodos de normalidade, a gente não faria. Todo aquele dinheiro que teria sido gasto em transporte, em merenda, ele foi revertido em investimento, laboratório de química, laboratório de matemática, equipamentos, modernização, coisas que a gente não conseguia fazer em um período normal. Então, do limão, a gente acabou fazendo uma limonada. E a Secretaria de Educação, a gente cabe aqui deixar o elogio, foi muito rápida, muito ágil em aproveitar esses recursos. Muitos municípios só se atentaram nessa possibilidade no final, e aí acabaram aderindo a atas que não aconteceram, acabaram fazendo coisas que não deviam fazer, e nós conseguimos concretizar os nossos investimentos. E montar uma





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

base, uma estrutura que está aí muito forte, capaz de assimilar os alunos, o crescimento vegetativo do nosso ensino, e capaz de manter a qualidade que nós temos tido. Bom, de onde vem o aumento? Você falou que nós não devemos atingir o orçamento desse ano. Na verdade, eu acho que nós vamos chegar muito próximos se não bater. Por que? Nós tivemos algumas entradas de recursos imprevistas nesse segundo semestre. Para vocês terem uma ideia, alguns meses atrás, o governo do Estado nos prometeu a contrapartida do FONPLATA, R\$ 30 milhões de reais, que o município já está executando. Desses R\$ 30 milhões de reais, até agora entrou um milhão, R\$ 1.666,667,66 centavos, para ser mais exato. E o município tem botado recurso próprio para manter essa contrapartida em dia. O que nos apertou muito o caixa. Mas nós estamos chegando em novembro, graças a Deus, com condições bastante favoráveis para fechar o ano com tranquilidade. Algumas coisas vão ficar em pendência para o ano que vem, mas a expectativa é de que o orçamento seja atingido. Até porque o último quadrimestre é o mais forte. Ele não mantém a média de arrecadação. Se você tirar novembro, que é o segundo pior mês do ano para finanças, a receita de novembro é ridícula, perto de outubro, perto de dezembro, perto do que é setembro, nesse último quadrimestre, novembro é o pior mês, ele só ganha, consegue ganhar só de janeiro e fevereiro em arrecadação, que são os momentos mais trágicos do município. A arrecadação de janeiro também é a mais baixa do ano. Você trabalhar o janeiro é bastante complicado. Mas, enfim, a gente deve atingir isso. O que explica o aumento de orçamento para o ano que vem? Um, o aumento do investimento, onde a gente deve finalizar todas as entradas de recursos dos financiamentos, então isso deu uma alavancada no orçamento, um aumento da arrecadação de ISS e de IPTU, em função do crescimento da base do município. Se vocês forem olhar o IPTU de Ponta Porã, de 2016 até hoje, O aumento que ele teve de valor nominal se deve única e exclusivamente à inflação. Nós temos feito todas as projeções, todos os projetos para futuro, mas não foi mexido na planta de valores do município, que ela é bastante defasada, eu admito isso. Só que nós passamos por um período, principalmente os dois anos de pandemia, onde você onerar o cidadão seria totalmente





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

imprudente, injusto e indevido. O ônus na dificuldade é do poder público. Quem é que deve segurar as rédeas na hora de uma dificuldade nacional? O poder público. Ele que tem que ter esse controle, ele que tem que ter o domínio e ele que tem que assumir a conta. E quanto menos você onerar o cidadão e quanto menos você onerar a iniciativa privada, é um incentivo que você está dando para a recuperação futura. Pelo menos é a minha crença. Esses recursos permitiram que a gente pudesse ter um orçamento bastante considerável em 2024. E te digo, abaixo do que eu queria. Eu até, em uma reunião da contabilidade com o Carlos, eu tinha um número de 850 na minha cabeça. E a gente não conseguiu, espremeu daqui, espremeu dali, foi otimista, coisa que eu não gosto de ser em orçamento, é ser otimista. Você tem que estar com o pé no chão, mas preparado para surpresas positivas. Mas você estar acima e receber surpresas negativas, ninguém segura. E o exemplo que eu posso dar disso é o que você mesmo citou, foi esse precatório, esses 30 milhões que a gente estava preparado para pagar. Eu fiquei bastante triste em pagá-lo, porque eram recursos que a gente ia nadar de braçada agora esse ano. Mas, infelizmente, Deus quis de outra maneira. A gente tem que cumprir e fazer. Sorte ou não, vamos falar sorte, felizmente a gente se preparou para isso e pôde cumprir com a obrigação. Então isso eu explico aí o aumento do orçamento. Questão da saúde. A saúde, o município optou por fazer a sua aplicação legal em saúde assumindo a folha de pagamento, para você não pulverizar recursos. Então o município foca de um lado, a saúde pega o seu recurso e aplica naquilo que eles têm competência para aplicar. E o município aplicando os 15% basicamente nas questões de repasse de folha de saúde, nas obrigações legais do fundo. Por exemplo, vou te dizer que a saúde do município de Ponta Porã nunca pagou INSS. O Tesouro do Município sempre pagou o INSS da saúde, para que esse recurso pudesse sobrar lá dentro para as ações de saúde. Você fala quanto é isso? São 400 mil reais por mês. Se você somar em oito anos, quanto dinheiro teria em caixa? Mas o município optou por sanear as contas da saúde e manter o investimento, principalmente como foi feito nos períodos de pandemia. Reforma tributária. Minha visão, agora não como secretário de Finanças, mas como economista, é um tiro no pé, está transformando





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

os prefeitos em mendigos. A partir do momento que tudo que você precisar, você vai precisar chegar no governo federal com o Pires na mão, porque você não vai ter mais domínio das suas finanças. Está sendo criada não uma ditadura pelo poder político, mas uma ditadura financeira. Você quer dinheiro, você me acompanha. Você vai transformar, repito, prefeitos em mendigos. Ele vai ter que ir lá com o Pires para tudo que ele quiser fazer. Ela é um absurdo, ela é um remendo. É algo que se diz muito vantajoso a longo prazo, mas para quem está aqui na ponta, como nós, Carlos, a gente não vê assim. Tem algumas atitudes ali que você está criando coisas que são para países da Europa, não para o Brasil. Não é que o Brasil não tenha a capacidade de ser que nem um país da Europa. O problema é que o Brasil é maior que a Europa inteira. E aqui dentro existem várias realidades distintas. Você não pode tratar o Sul, Sudeste com a mesma categoria que você trata o Nordeste. E essa reforma, você pode olhar os estados de São Paulo, os grandes estados industriais, estão quietos. Porque os municípios com grande capacidade, com grande produção industrial, vão ser beneficiados. Você está, de um lado, beneficiando aqueles que têm maior arrecadação, e de outro transformando quem já está pobre em mais pobre ainda. É isso que eu estou vendo nessa reforma tributária. Espero que se esteja feita alguma coisa no sentido de reformulação, de reanálise de algumas coisas ali dentro. Não que ela é de 100% ruim, tem muita coisa boa ali, muita coisa que é necessária. Mas se você pegar no geral, você vai transformar, repito, prefeitos em mendigos, em pedintes. Ele vai precisar do apoio federal e do Estado para tudo que ele quiser fazer que esteja fora daquilo projetado pela União, pelos Estados. O que, de uma maneira, é muito ruim. Porque onde acontecem as coisas? É no município, as pessoas olham, a arrecadação federal, a arrecadação do estado. Mas onde acontece a coisa? Não se percebeu ainda que você tendo municípios fortes, você tem estado forte, você tendo estado forte, você tem uma união forte. Só que você tem uma união forte com menos poder de pressão sobre governadores e prefeitos, que, infelizmente, não é o quadro que se quer nacionalmente. Eu só tenho a lamentar sobre isso. E a tua última indagação a respeito da 4ª e 5ª série virem para o Estado? A gente ainda não sentou para sentar com a





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

educação, mas, teoricamente, eu não sei como ficaria administrativa isso, administrativamente isso, se a gente vai fazer convênio para manter espaço para o Estado, o Estado não tem infraestrutura para isso, tanto que a professora Mirna e a professora Eliana, eles usam muitas estruturas nossas para atender os alunos deles, então você não vê aí, pelo menos não está no orçamento do Estado a construção de aumento muito grande de salas de aula aqui no município. Então eles continuariam em convênios com o município. Mas, se eu pudesse dizer uma palavra positiva, eu gostaria que, mesmo que essas séries fossem para o Estado, a gente conseguisse manter o investimento de educação no mesmo número, beneficiando e ampliando a nossa base. Quanto mais forte a nossa base, quanto mais forte o ensino fundamental que o município presta, mais fácil fica o trabalho do Estado depois, ele pega alunos de melhor qualidade. A partir do momento que você tem um aluno melhor, você consegue trabalhar melhor e crescer melhor. Então o trabalho do município é o principal. E se a gente fizesse um investimento maior nessa base, a gente estaria formando pessoas de uma qualidade muito melhor. Essa é uma esperança que fica, professor. Não sei se te respondi a contento, irmão, se faltou alguma coisa do que você me pediu. Sim, eu agradeço ao secretário Fabrício Cerviéri, agradeço também ao presidente da Casa, Candinho Gabínio, pela oportunidade, ao presidente da Comissão de Finanças, vereador Agnaldo Miudinho, por nos dar essa oportunidade de estar participando das audiências públicas, e deixar como sugestão à secretária de Educação, secretária professora Mirtha Eliane, e também ao secretário Fabrício, prefeito Eduardo Campos, em caso que seja firmada essa parceria, que o Estado abriu essa oportunidade, que se faça esse convênio e mantenha os alunos estudando nas escolas municipais com o gasto pago pelo governo do Estado, porque nós vamos manter a criança ou o estudante morando, estudando próximo da sua residência. É só isso. Deus abençoe. Muito obrigado. Em tempo, registrar a presença do vereador Jelso Bernabé, primeiro secretário da Câmara, e do senhor Délcio Ferreira Barreto, presidente dos Agentes Comunitários de Saúde e de Endemias. Sem mais, senhor presidente. Senhores, em nome do vereador Rafael Modesto, vereadora Kamila, vereador Vanderlei, vereador





CÂMARA MUNICIPAL
DE PONTA PORÃ
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Jelson, Vereador Kleber, Vereador Vedana, Vereadora Neli, Vereador Lourdes Monteiro, agradeço a presença de todos vocês, em nome da Secretária de Educação também, a todos os servidores que estão aqui nesta casa. Quero dizer que alguns compromissos e força dessa casa haverão, senhor secretário, no sentido de que a gente mude a data do orçamento, da recepção do orçamento para o mês de setembro, facilitando que venha com mais informações para que essa casa possa debater, uma vez que, mesmo ela vir de setembro, o tempo diminui para a gente de um mês, mas é um tempo hábil para se debruçar sobre o orçamento, e vamos fazer o possível para que seja recepcionado isso no mês de setembro. Da mesma maneira, tenho certeza que o apoio desta casa, no sentido de que a gente abra as discussões para uma agência de regulação do serviço público. Isso vai ser muito importante para nós. Além de dar uma cara de município grande para Ponta Porã, vamos ter força. Vou dar um exemplo para vocês. Esses fios, um monte de fio que está na cidade de Ponta Porã nos incomodando e hoje não temos a quem cobrar. Acho que a agência pública vai vir no sentido de fortalecer o poder público, sobretudo o poder legislativo, no sentido de que acabe com esse desmando das prestadoras de serviço do nosso município. Antes de encerrarmos, informamos que o material desta audiência pública estará à disposição de qualquer cidadão para exame e apreciação. Dessa forma, agradecemos a presença de todos e declaro encerrada esta Audiência Pública para debater a LOA no orçamento de 2023-2024. Também mandar um abraço para minha esposa Luciana, que está assistindo. Obrigado.

AGNALDO PEREIRA LIMA

LOURDES MONTEIRO

VANDERLEI AVELINO

